



A Soberania de Deus na Reprovação

“Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus”

Romanos 11:22

No último capítulo, quando tratando da Soberania de Deus o Pai na salvação, examinamos sete passagens que O representam como fazendo uma escolha dentre os filhos dos homens, e predestinando certas pessoas para serem conformadas à imagem de Seu Filho. O leitor pensativo naturalmente perguntará: E aqueles que não foram “ordenados para a vida eterna?”. A resposta que é usualmente retornada a esta questão, mesmo por aqueles que professam crer no que a Escritura ensina concernente à soberania de Deus, é que Deus ignora os não-eleitos, deixando-lhes sozinhos para seguir o seu próprio caminho, e no fim lança-lhes no Lago de Fogo porque recusaram Seu caminho, e rejeitaram o Salvador de Sua providência. Mas isto é somente uma parte da verdade; a outra parte — que é mais ofensiva à mente carnal — é ignorada ou negada.

Em vista da terrível solenidade do assunto aqui diante de nós, em vista do fato que hoje quase todos — mesmo aqueles que professam serem Calvinistas — rejeitam e repudiam esta doutrina, e em vista do fato que este é um dos pontos em nosso livro que certamente levantará mais controvérsias, sentimos que uma inquirição profunda deste aspecto da Verdade de Deus é demandada. Que este ramo do assunto da soberania de Deus é profundamente misterioso nós voluntariamente concordamos, todavia, isto não é motivo para que o rejeitemos. O problema é que, hoje em dia, há muitos que recebem o testemunho de Deus somente até onde eles podem satisfatoriamente dar respostas para todas as razões e fundamentos de Sua conduta, o que significa que eles não aceitam nada exceto aquilo que pode ser medido nas insignificantes escalas de suas próprias capacidades limitadas.

Declarando isto de uma forma mais clara, o ponto a ser considerado agora é: Deus pré-ordenou certas pessoas para condenação?

Que muitos serão eternamente condenados é claro a partir das Escrituras, que cada um será julgado de acordo com suas obras e colherá assim como ceifou, e que em consequência sua “condenação é justa” (Romanos 3:8), é igualmente certo, e que Deus decretou que os não-eleitos deveriam escolher o curso que eles seguem, nos responsabilizamos por provar agora.

Do que foi posto diante de nós, no capítulo anterior, concernente ao decreto de alguns para salvação, deve-se inevitavelmente seguir, mesmo se a Escritura tivesse se silenciado sobre isso, que deve haver uma rejeição de outros. Cada escolha, evidente e necessariamente, implica uma rejeição, porque onde não há um deixar de lado, não pode haver nenhuma escolha. Se há aqueles a quem Deus escolheu para salvação (2 Tessalonicenses 2:13), deve haver outros que não foram escolhidos para salvação. Se há alguns que o Pai deu a Cristo (João 6:37), deve haver outros que Ele não deu a Cristo. Se há alguns cujos nomes estão escritos no livro da Vida do Cordeiro (Apocalipse 21:27), deve haver outros cujos nomes não estão escritos lá. Que este é o caso, será completamente provado abaixo.

Visto que todos reconhecem que desde a fundação do mundo Deus certamente pré-conheceu e previu quem receberia e quem não receberia a Cristo como o seu Salvador, portanto, ao dar a existência e o nascimento àqueles que Ele sabia que rejeitariam a Cristo, Ele necessariamente os criou para condenação. Tudo o que pode ser dito em réplica a isto é: Não, embora Deus tenha previsto que estes rejeitariam a Cristo, todavia, Ele não decretou que eles deveriam assim fazer.

Mas isto é evitar a real questão do assunto. Deus tinha uma razão definida pela qual criou o homem, um propósito específico pelo qual criou este ou aquele indivíduo, e em vista da eterna destinação de Suas criaturas, Ele propôs que alguns destes passariam a eternidade no Céu e que outros a passariam no Lago de Fogo. Se Ele, então, previu, ao criar certa pessoa, que esta pessoa desprezaria e rejeitaria o Salvador, e mesmo sabendo isto de antemão, Ele, não obstante, trouxe tal pessoa à existência, então, é claro que Ele designou e ordenou que esta pessoa deveria ser eternamente perdida. Novamente; fé é um dom de Deus, e o propósito de dá-la somente a alguns, envolve o propósito de não dá-la a outros. Sem fé não há salvação —“Quem crê nele não é condenado” — portanto, se há alguns descendentes de Adão aos quais Ele propôs não dar fé, deve ser porque Ele ordenou que eles deveriam ser condenados.

Não somente não há escapatória destas conclusões, mas a história as confirma. Antes da Encarnação Divina, por quase dois mil anos, a vasta maioria da humanidade foi deixada destituída até dos meios externos de graça, não sendo favorecidos pela pregação da Palavra de Deus e nem com a revelação escrita de Sua vontade. Por muitos e longos séculos Israel foi a única nação a quem a Deidade concedeu alguma revelação especial de Si mesma — “O qual nos tempos passados deixou andar todas as nações em seus próprios caminhos” (Atos 14:16) — “De todas as famílias da terra somente (Israel) a vós vos tenho conhecido” (Amós 3:2). Conseqüentemente, como todas as outras nações foram privadas da pregação da Palavra de Deus, elas eram estranhas à fé que vinha através disso (Romanos 10:17). Estas nações não somente eram ignorantes do próprio Deus, mas do caminho que Lhe agrada, da verdadeira maneira de aceitação para com Ele, e os meios de se chegar ao eterno gozo dEle mesmo.

Ora, se Deus tivesse desejado a salvação deles, não teria lhes concedido os meios para salvação? Não teria lhes dado todas as coisas necessárias para este fim? Mas é um fato inegável que Ele não deu. Se, então, a Deidade pode, consistentemente, com Sua justiça, misericórdia e benevolência, negar a alguns os meios de graça, e deixá-los em densas trevas e incredulidade (por causa dos pecados de seus antepassados, gerações anteriores), porque deve ser considerado incompatível com Suas perfeições o excluir algumas pessoas, muitas, da própria graça, e da vida eterna que está ligada a ela? Vendo que Ele é Senhor e soberano Árbitro tanto do fim para os quais os meios levam, como dos meios que levam a este fim, perguntamos: por quê?

Vindo para os nossos próprios dias, e para aqueles em nosso próprio país — deixando de lado as quase inumeráveis multidões de pagãos não evangelizados — não é evidente que há muitos vivendo em terras onde o Evangelho é pregado, terras as quais são cheias de igrejas, que morrem estranhos a Deus e a Sua santidade? Verdade, os meios de graça estavam à sua mão, mas muitos deles não os conheceram. Milhares nascem em casas onde eles são ensinados desde a infância com respeito a todos os Cristãos como sendo hipócritas e aos pregadores como sendo trapaceiros astutos. Outros, são instruídos desde o berço no Catolicismo Romano, e são treinados com respeito ao Cristianismo Evangélico como sendo uma heresia mortífera, e a Bíblia como um livro altamente perigoso para aqueles que a lêem.

Outros, educados em famílias da “Ciência Cristã”, não conhecem mais do verdadeiro Evangelho de Cristo do que os pagãos não evangelizados. A grande maioria destes morrem em absoluta ignorância do Caminho da Paz. Não somos obrigados a concluir que não foi a vontade de Deus lhes comunicar graça? Tivesse Sua vontade sido de outra forma, não teria realmente comunicado Sua graça a eles? Se, então, foi a vontade de Deus, no tempo, recusar-lhes Sua graça, deve ter sido Sua vontade desde toda eternidade, visto que Sua vontade é, como Ele mesmo, a mesma ontem, e hoje e para sempre. Que não esqueçamos que as providências de Deus são nada menos do que as manifestações de Seus decretos: o que Deus faz no tempo é somente o que Ele propôs na eternidade — Sua própria vontade sendo a única causa de todos os Seus atos e obras . Portanto, a partir do Seu real deixar alguns homens na incredulidade e impenitência final, seguramente entendemos que foi a Sua eterna determinação assim fazer; e, conseqüentemente, que Ele reprovou alguns desde antes da fundação do mundo.

Na Confissão de Westminster é dito: “Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, pré-ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece”. O falecido Sr. F. W. Grant — um estudioso e escritor muito cuidadoso e cauteloso — comentando sobre estas palavras, disse: “É perfeitamente, divinamente verdadeiro, que Deus ordenou para Sua própria glória tudo quanto acontece”. Se estas declarações são verdadeiras, não está a doutrina da Reprovação estabelecida por elas? Que, na história humana, é uma coisa que acontece todos os dias? Que, se estes homens ou mulheres morrerem, passarão deste mundo para uma eternidade sem esperança, uma esperança de sofrimento e desgraça. Se, então, Deus tem pré-ordenado tudo quanto acontece, então, Ele deve ter decretado que um vasto número de seres humanos passaria deste mundo sem serem salvos, para sofrer eternamente no Lago de Fogo. Admitindo a premissa geral, não é a conclusão específica inevitável?

Em réplica aos parágrafos precedentes, o leitor poderá dizer: Tudo isto é simplesmente racional, lógico sem dúvida, mas, todavia, meras inferências. Muito bem, apontaremos agora que em adição às conclusões acima, há muitas passagens nas Santas Escrituras, que são mui claras e definitivas no seu ensino sobre este assunto solene; passagens que são muito claras para serem mal-entendidas e fortes demais para serem evadidas. O maravilhoso é que tantos homens bons negaram suas inegáveis afirmações.

“Por muito tempo Josué fez guerra contra todos estes reis. Não houve cidade que fizesse paz com os filhos de Israel, senão os heveus, moradores de Gibeom; por guerra as tomaram todas. Porquanto do SENHOR vinha o endurecimento de seus corações, para saírem à guerra contra Israel, para que fossem totalmente destruídos e não achassem piedade alguma; mas para os destruir a todos como o SENHOR tinha ordenado a Moisés” (Josué 11:18-20). O que poderia ser mais claro do que isto? Aqui estava um grande número de Cananitas cujos corações o Senhor endureceu, os quais Ele tinha o propósito de destruir absolutamente, para os quais Ele não demonstrou “nenhum favor”. Concordamos que eles eram ímpios, imorais e idólatras; seriam eles piores do que os imorais e idólatras canibais das Ilhas do Oceano Sul (e muitos outros lugares), para os quais Deus deu o Evangelho através de John G. Paton? Certamente não. Então, porque Jeová não ordenou que Israel ensinasse as Seus leis e os instrísse concernente aos sacrifícios ao verdadeiro Deus? Claramente porque Ele os marcou para destruição, e se é assim, desde toda eternidade.

“O SENHOR fez todas as coisas para Si mesmo: sim, até o ímpio para o dia do mal” (Provérbios 16:4). Que o Senhor fez todas as coisas, talvez todo leitor deste livro concordará: que Ele fez todas as coisas para Si mesmo não é tão amplamente crido. Que Deus nos fez, não por nossa própria causa, mas para Si mesmo; não para nossa felicidade, mas para Sua glória; é, todavia, repetidamente afirmado na Escritura — Apocalipse 4:11. Mas Provérbios 16:4 vai mais além: ele expressamente declara que o Senhor fez os ímpios para o Dia do Mal; que este foi o Seu desígnio ao lhes dar a existência. Mas, porque? Romanos 9:17 nos informa: “Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra”. Deus fez o ímpio para que, no final, Ele possa demonstrar “Seu poder” — demonstrá-lo pela exibição de quão fácil é para Ele subjugar o rebelde mais vigoroso e destruir o Seu inimigo mais forte.

“E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade” (Mateus 7:23). No capítulo anterior foi demonstrado que as palavras “conhecer” e “pré-conhecimento”, quando aplicadas a Deus nas Escrituras, têm referência não simplesmente a Sua presciência (isto é, Seu conhecimento desnudo de antemão), mas ao Seu conhecimento de aprovação. Quando Deus disse a Israel: “De todas as famílias da terra somente a vós (Israel) vos tenho conhecido” (Amós 3:2), é evidente que Ele quis dizer: “Somente vocês têm o meu favor”.

Quando lemos em Romanos 11:2: “Deus não rejeitou o seu povo (Israel), o qual de antemão conheceu”, é óbvio que o significado é: “Deus não rejeitou finalmente aquele povo que Ele escolheu como objetos de Seu amor — conforme Deuteronômio 7:7,8. Da mesma forma (e é a única forma possível) devemos entender Mateus 7:23. No Dia do Julgamento o Senhor dirá a muitos: “Eu nunca vos conheci”. Observe, é mais do que simplesmente “Eu não vos conheço”. Sua declaração solene será: “Eu nunca vos conheci” — vocês nunca foram os objetos da Minha aprovação. Contraste isto com o “Eu conheço (amo) as Minhas ovelhas, e das Minhas sou conhecido (amado)” (João 10:14). As “ovelhas”, Seus eleitos, os “poucos”, Ele “conhece”; mas os réprobos, os não-eleitos, os muitos, Ele não conhece — não, nem mesmo antes da fundação do mundo Ele os conheceu — Ele “NUNCA” os conheceu!

Em Romanos 9 a doutrina da soberania de Deus em sua aplicação tanto aos eleitos como aos réprobos é tratada de forma extensiva. Uma exposição detalhada deste importante capítulo está além do nosso presente escopo; tudo o que podemos tentar é estender-nos sobre a parte dele que mais claramente toca no assunto que estamos agora tratando.

Verso 17: “Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra”. Estas palavras nos levam de volta para os versos 13 e 14. No verso 13 o amor de Deus a Jacó e Seu ódio para com Esaú são declarados. No verso 14 é perguntado: “Há injustiça da parte de Deus?” e aqui no verso 17 o apóstolo continua sua réplica a esta objeção. Não podemos fazer melhor do que citar os comentários de Calvino sobre estes versos:

“...consideremos dois pontos aqui: primeiro, a predestinação de Faraó para a destruição, a qual se relaciona com o justo e secreto conselho de Deus; segundo, o propósito desta predestinação, que era o de proclamar o nome de Deus. É sobre este que Paulo particularmente insiste. Se o endurecimento do coração de Faraó foi de tal vulto que trouxe notoriedade para o nome de Deus, então é blasfemo acusá-lo de injustiça.

Visto que muitos intérpretes destroem igualmente o significado desta passagem, na tentativa de amenizar esta aspereza, é indispensável observar que no hebraico a expressão ‘ Eu te levantei ’ é ‘ Eu te nomeei ’. Deus está, aqui, desejoso de mostrar que a obstinação de Faraó não o impediria de livrar a seu povo.

Ele afirma não simplesmente que previra a violência de Faraó, e que tinha em mãos os meios de restringi-la, mas, sim, que também a ordenara para este propósito, com o expresso intuito de fazer uma demonstração mais notável de seu poder. É, pois, um mal-entendido traduzir a passagem, como o fazem alguns escolásticos, no sentido de que Faraó fora preservado por um período de tempo, visto que a discussão, aqui, ao contrário, se refere ao que aconteceu no início. Visto que muitos acidentes costumam sobrevir ao ser humano, procedentes de várias direções, como fim de retardar seus propósitos e impedir o curso normal de suas ações, Deus diz que Faraó era produto da eleição divina, e que seu caráter lhe fora dado por Deus mesmo. As palavras eu te levantei se adequam muito bem a esta interpretação...” (João Calvino, Romanos , Editora Paracletos, páginas 335-336) .

Pode ser observado que Calvino dá a força da palavra hebraica que Paulo usa: “Para este propósito Eu te levantei,” — “Eu te nomeei”. Como esta é a palavra sobre a qual a doutrina e o argumento do verso dependem, queremos apontar além do mais que ao fazer a citação de Êxodo 9:16 o apóstolo significativamente não usa a Septuaginta — a versão então em uso comum, e a qual ele mui freqüentemente cita — e substitui a cláusula para a primeira que é dada pela Septuaginta: no lugar de “Por esta razão tenho te preservado”, ele dá “Para este mesmo fim eu te levantei”!

Mas devemos agora considerar em maior detalhe o caso de Faraó, que resume um concreto exemplo da grande controvérsia entre o homem e seu Criador. “Porque agora tenho estendido minha mão, para te ferir a ti e ao teu povo com pestilência, e para que sejas eliminado da terra; Mas, deveras, para isto te mantive , para mostrar meu poder em ti, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra” (Êxodo 9:15,16). Sobre estas palavras oferecemos os seguintes comentários:

Primeiro, sabemos a partir de Êxodo 14 e 15 que Faraó foi “eliminado”, que foi eliminado por Deus, que foi eliminado no meio de sua impiedade, que foi eliminado não pelas doenças ou pelas enfermidades que acompanham a velhice, nem pelo que os homens denominam “um acidente”, mas eliminado pela mão imediata de Deus em julgamento.

Em segundo lugar, é claro que Deus levantou Faraó para este mesmo fim — para “eliminá-lo”, que na linguagem do Novo Testamento significa “destruí-lo”. Deus nunca faz algo sem um prévio desígnio.

Ao dar-lhe a existência, preservando-o através da infância à maioridade, ao levantar-lhe sobre o trono do Egito, Deus tem um fim em vista. Que tal foi o propósito de Deus é claro a partir de Suas palavras a Moisés antes de descer ao Egito, e exigir de Faraó que o povo de Jeová deveria ter permissão para fazer uma jornada de três dias no deserto para adorá-Lo — “E disse o SENHOR a Moisés: Quando voltares ao Egito, atenta que faças diante de Faraó todas as maravilhas que tenho posto na tua mão; mas eu lhe endurecerei o coração , para que não deixe ir o povo” (Êxodo 4:21). Não somente assim aconteceu, como também o próprio desígnio e propósito de Deus foi declarado muito antes disto. Há quatrocentos anos Deus disse previamente a Abraão: “Sabes, de certo, que peregrina será a tua descendência em terra alheia, e será reduzida à escravidão, e será afligida por quatrocentos anos, mas também eu julgarei a nação , à qual ela tem de servir, e depois sairá com grande riqueza”. Destas palavras é evidente (uma nação e o seu rei eram considerados como um só no Velho Testamento) que o propósito de Deus foi formado muito antes dEle dar existência à Faraó .

Em terceiro lugar, uma examinação dos tratamentos de Deus com Faraó deixa claro que o rei do Egito foi deveras “um vaso de ira preparado para destruição”. Posto no trono do Egito, com as rédeas do governo em suas mãos, ele se sentou como cabeça da nação que ocupou o primeiro lugar entre os povos do mundo. Não havia outro monarca na terra capaz de controlar ou ditar Faraó. A tal vertiginosa altura Deus levantou este réprobo, e tal curso foi um passo natural e necessário para prepará-lo para o seu destino final, porque é um axioma Divino que “a soberba precede a ruína, e a altivez do espírito precede a queda” (Provérbios 16:18). Além do mais, — e isto é profundamente importante para observar e altamente significativo — Deus removeu de Faraó a única restrição externa que poderia lhe servir de controle. A concessão a Faraó de poderes ilimitados de um rei o colocou acima de toda influência e controle legal. Mas além disto, Deus removeu Moisés de sua presença e reino. Se Moisés, o qual não somente foi instruído em toda ciência dos Egípcios, mas também foi educado na casa de Faraó, tivesse tolerado permanecer em íntima proximidade ao trono, não pode haver dúvida de que o seu exemplo e influência teriam sido um poderoso controle sobre a impiedade e tirania do rei. Esta, embora não seja a única, foi claramente uma das razões pelas quais Deus enviou Moisés para Midiã, porque foi durante a sua ausência que o rei desumano do Egito formou os seus mais cruéis editos.

Deus designou, pela remoção desta restrição, dar a Faraó plena oportunidade para se encher completamente com os seus pecados, e preparar-se para a sua mais merecida, embora predestinada, ruína.

Em quarto lugar, Deus “endureceu” o seu coração assim como declarou que faria (Êxodo 4:21). Isto está de pleno acordo com as declarações da Sagrada Escritura — “Do homem são as preparações do coração, mas do SENHOR a resposta da língua” (Provérbios 16:1); “Como rios de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Provérbios 21:1). Como o de todos os outros reis, o coração de Faraó estava na mão do Senhor; e Deus tinha tanto o direito como o poder para incliná-lo para onde quisesse. E agradou-Lhe incliná-lo contra todo bem. Deus determinou impedir que Faraó cedesse às Suas exigências através de Moisés para que deixasse Israel ir, até que Ele tivesse preparado-o completamente para a sua queda final, e porque nada menor do que isto o teria preparado completamente, Deus endureceu o seu coração.

Finalmente, é digno de cuidadosa consideração observar como a vindicação de Deus em Seus tratamentos com Faraó foi completamente confirmada. É extremamente extraordinário descobrir que temos o próprio testemunho de Faraó a favor de Deus e contra ele mesmo! Em Êxodo 9:15 e 16 aprendemos como Deus disse a Faraó o propósito pelo qual Ele o tinha levantado, e no verso 27 do mesmo capítulo somos informados que Faraó disse: “Esta vez pequei; o SENHOR é justo, mas eu e o meu povo ímpios”. Note que isto foi dito por Faraó depois que ele soube que Deus o tinha levantado para “eliminá-lo”, depois que Seus severos julgamentos foram enviados sobre ele, depois que Ele tinha endurecido o seu próprio coração. Neste tempo Faraó já estava completamente amadurecido para o julgamento, e totalmente preparado para decidir se Deus o havia injuriado, ou se ele tinha procurado injuriar a Deus; e reconheceu inteiramente que tinha “pecado” e que Deus era “justo”. Novamente, temos o testemunho de Moisés que estava completamente inteirado da conduta de Deus para com Faraó. Ele ouviu desde o princípio qual era o desígnio de Deus relativo a Faraó; ele tinha testemunhado os tratamentos de Deus com ele; e observado a sua “muita paciência” para com este vaso de ira preparado para a destruição; e no final ele contemplou a destruição dele no julgamento Divino no Mar Vermelho. Qual foi, então, a impressão de Moisés?

Ele levantou o choro da injustiça? Atreveu-se a acusar Deus de injustiça? Muito longe disso. Deveras, ele disse: “Ó SENHOR, quem é como tu entre os deuses? Quem é como tu glorificado em santidade, admirável em louvores, realizando maravilhas?” (Êxodo 15:11).

Foi Moisés movido por um espírito vindicativo conforme ele via o arquiinimigo de Israel “eliminado” pelas águas do Mar Vermelho? Certamente não. Mas para remover para sempre toda dúvida sobre este ponto, apontamos como que os santos no céu, depois de terem testemunhado os julgamentos severos de Deus, alegraram-se em cantar “o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e maravilhosas são as tuas obras, Senhor Deus Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei dos santos” (Apocalipse 15:3). Aqui, então, está o clímax, e a completa e final vindicação dos tratamentos de Deus com Faraó. Os santos no céu alegram-se em cantar o Cântico de Moisés, no qual este servo de Deus celebrou o louvor de Jeová em destruir Faraó e seus exércitos, declarando que em assim agindo, Deus não era injusto, mas justo e verdadeiro. Devemos crer, portanto, que o Juiz de toda terra tinha direito de criar e destruir este vaso de ira, Faraó.

O caso de Faraó estabelece o princípio e ilustra a doutrina da Reprovação. Se Deus realmente reprovou Faraó, podemos justamente concluir que Ele reprovou todos os outros que não predestinou para serem conformados à imagem de Seu Filho. O apóstolo Paulo manifestadamente traça esta inferência a partir do destino de Faraó, porque em Romanos 9, depois de se referir ao propósito de Deus em levantar Faraó, ele continua, “portanto”. O caso de Faraó é introduzido para provar a doutrina da Reprovação como a contraparte da doutrina da Eleição.

Para concluir, devemos dizer que ao formar Faraó, Deus não mostrou nem justiça nem injustiça, mas somente Sua desnuda soberania. Como o oleiro é soberano ao formar vasos, assim Deus é soberano ao formar agentes morais .

Versículo 18: “Logo, pois, compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer”. O “portanto” [“pois”] anuncia a conclusão geral que o apóstolo traça de tudo o que ele tinha dito nos três versos precedentes, negando que Deus era injusto ao amar Jacó e odiar Esaú, e especificamente aplica o princípio exemplificado nos tratamentos de Deus com Faraó. Isto traça tudo de volta à soberana vontade de Deus.

Ele ama um e odeia outro, exerce misericórdia para com alguns e endurece outros, sem referência a qualquer coisa, salvo Sua própria vontade soberana.

O que é mais repugnante à mente carnal no verso acima é a referência ao “endurecimento” — “Endurece a quem quer” — e é justamente aqui que tantos comentaristas e expositores têm adulterado a verdade. A visão mais comum é que o apóstolo não está falando de nada mais do que endurecimento judicial, isto é, um abandono de Deus porque estes objetos de Seu desprazer rejeitaram primeiro Sua verdade e O esqueceram. Aqueles que sustentam esta interpretação apelam às passagens tais como Romanos 1:19-26 — “Deus os entregou”, isto é (veja o contexto), aqueles que “conheciam a Deus” e todavia não O glorificaram como Deus (v. 21). O apelo é também feito a 2 Tessalonicenses 2:10-12. Mas é para ser notado que a palavra “endurecer” não ocorre em nenhuma destas passagens. Além do mais, declaramos que Romanos 9:18 não tem nenhuma referência a “endurecimento” judicial. O apóstolo não está falando daqueles que deixaram de crer na verdade de Deus, mas pelo contrário, está tratando com a soberania de Deus, a soberania de Deus como é vista não somente em mostrar misericórdia a quem quer, mas também em endurecer a quem quer. As palavras exatas são “A quem Ele quer” — não “todos que tinham rejeitado Sua verdade” — “Ele endurece”, e isto, vindo imediatamente depois da menção de Faraó, claramente fixa o seu significado. O caso de Faraó é claro o suficiente, apesar do homem, por seu brilhantismo, ter feito o seu melhor para esconder a verdade.

Versículo 18: “Logo, pois, compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer”. Esta afirmação da soberania de Deus no “endurecimento” dos corações dos pecadores — em distinção ao endurecimento judicial — não é a única. Observe a linguagem de João 12:37-40: “E, ainda que tinha feito tantos sinais diante deles, não criam nele; Para que se cumprisse a palavra do profeta Isaías, que diz: SENHOR, quem creu na nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Por isso não podiam crer (Por que?), então Isaías disse outra vez: Ele c egou os seus olhos, e endureceu os seus corações (Por que? Por que eles tinham rejeitado crer em Cristo? Esta é a crença popular, mas observe a resposta da Escritura), a fim de que não vejam com os olhos, e compreendam no coração, E se convertam, E eu os cure”. Ora, leitor, é simplesmente uma questão de que se vamos ou não crer no que Deus revelou em Sua Palavra.

Não é uma questão de prolongada pesquisa ou profundo estudo, mas o que é necessário é um espírito de criança, para entender esta doutrina .

Versículo 19: “Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda? Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”. Não é a mesma objeção que é urgida hoje? A força das questões do apóstolo aqui parece ser esta: Visto que tudo depende da vontade de Deus, que é irreversível, e visto que esta vontade de Deus, de acordo com a qual Ele pode fazer tudo como soberano — visto que Ele pode ter misericórdia de quem Ele quiser ter misericórdia, e pode recusar misericórdia e infligir punição sobre quem Ele escolher assim fazer — por que Ele não deseja ter misericórdia de todos, fazendo-lhes assim obedientes, e dessa forma, colocando um fim em toda queixa? Agora deverá ser particularmente observado que o apóstolo não rejeita a base sobre a qual a objeção descansa. Ele não diz que Deus não encontra do que se queixar. Nem diz: Os homens podem resistir Sua vontade. Além do mais, ele não explica a objeção dizendo: Vocês não entenderam meu significado quando disse “Ele trata com misericórdia a quem quer, e trata com severidade a quem quer“. Mas ele diz, “primeiro, esta é uma objeção que vocês não têm nenhum direito de fazer; e então, está é uma objeção que vocês não têm nenhuma razão para fazer” (vide Dr. Brown). A objeção é absolutamente inadmissível, porque ela está replicando contra Deus. É queixar-se a respeito de, argüir contra, o que Deus fez!

Versículo 19: “Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda? Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”. A linguagem que o apóstolo aqui coloca na boca daquele que levanta a objeção é tão clara e demonstrativa que um mal-entendimento deve ser impossível. Porque Ele se queixa ainda? Agora, leitor, o que estas palavras podem significar? Formule a sua própria resposta antes de considerar a nossa. Pode a força da questão do apóstolo ser outra além desta: Se é verdade que Deus tem “misericórdia” de quem Ele quer, e também “endurece” a quem Ele quer, então, no que se torna a responsabilidade humana? Neste caso, os homens não são nada mais do que fantoches, e se isto é verdade, então, seria injusto da parte de Deus “se queixar ainda” com as Suas criaturas desvalidas. Observe a palavra “então” — Dir-me-ás então — ela declara a (falsa) inferência ou conclusão que a pessoa (que levanta a objeção) traça a partir do que o apóstolo está dizendo.

E observe, meu leitor, o apóstolo prontamente viu que a doutrina que ele tinha formulado deveria levantar esta mesma objeção, e se o que temos escrito através deste livro não provocar, em alguns pelo menos, (todos cujas mentes carnis não estão subjugadas pela divina graça) a mesma objeção, então deve ser ou porque não apresentamos a doutrina que é apresentada em Romanos 9, ou porque a natureza humana mudou desde os dias do apóstolo. Considere agora o restante do verso (19). O apóstolo repete a mesma objeção de uma forma levemente diferente — repete para que seu significado não possa ser mal-entendido — a saber, “Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”. É claro, então, que o assunto sob imediata discussão se relaciona com a “vontade” de Deus, isto é, Seus soberanos caminhos, que confirma o que dissemos acima sobre os versos 17 e 18, onde contendemos que não é um endurecimento judicial que está em vista (isto é, endurecimento por causa da prévia rejeição da verdade), mas um “endurecimento” soberano, isto é, o “endurecimento” de uma criatura caída e pecaminosa por nenhuma outra razão além daquela que é inerente à soberana vontade de Deus. E, por conseguinte, a questão, “Quem tem resistido à sua vontade?”. O que, então, o apóstolo diz em resposta a estas objeções?

Versículo 20: “Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim?”. O apóstolo, então, não disse que a objeção era sem sentido ou fundamento, mas pelo contrário, repreende a pessoa que levanta a objeção por sua impiedade. Ele o faz lembrar que é meramente um “homem”, uma criatura, e que por isso, é tanto muito inadequado como impertinente para ele “replicar (argüir, ou argumentar) contra Deus”. Além do mais, ele o faz lembrar que ele não é nada mais do que uma “coisa formada”, e portanto, é loucura e blasfêmia levantar-se contra o próprio Criador.

Antes de deixarmos este versos, deve-se ser apontado que nas suas palavras finais, “Por que me fizeste assim” nos ajuda a determinar, de maneira inequívoca, o assunto preciso sob discussão. À luz do imediato contexto, qual pode ser o motivo do “assim”? Qual senão, como no caso de Esaú, porque Tu me fizeste um objeto de “ódio”? Qual senão, como no caso de Faraó, porque Tu me fizeste simplesmente para “me endurecer”? Quais outros significados podem, de forma correta, ser atribuídos?

É altamente importante deixar claro diante de nós que o objetivo do apóstolo durante toda esta passagem é tratar com a soberania de Deus no tratamento com, por um lado, aqueles que Ele ama — vasos para honra e vasos de misericórdia, e também, por outro lado, com aqueles que Ele “odeia” ou “endurece” — vasos para desonra e vasos de ira.

Versículos 21-23: “Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra? E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou”. Nestes versículos o apóstolo fornece uma completa e final resposta às objeções levantadas no verso 19. Primeiro, ele pergunta, “Não tem o oleiro poder sobre o barro?” etc. Deve ser observado que a palavra aqui traduzida por “poder” é diferente no grego daquela também traduzida por “poder” no verso 22, onde só pode significar Sua força ; mas aqui no verso 21, o “poder” do qual se fala deve se referir aos direitos do Criador ou às soberanas prerrogativas; que isto é assim, aparece a partir do fato que a mesma palavra grega é empregada em João 1:12 — “Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem no seu nome” — a qual, como é bem conhecido, significa o direito ou privilégio de se tornar os filhos de Deus. A versão R.V. emprega “direito” tanto em João 1:12 como em 9:21.

Versículo 21: “Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra?”. Que o “oleiro” aqui é o próprio Deus é certo a partir do verso precedente, onde o apóstolo pergunta “Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas?” e então, falando nos termos da figura que estava a ponto de usar, continua, “Porventura a coisa formada dirá ao que a formou” etc. Há alguns que roubam destas palavras a sua força argüindo que embora o oleiro humano faça certos vasos para serem usados para propósitos menos honráveis do que outros, contudo, eles são designados para ocupar alguma posição útil. Mas o apóstolo não diz aqui, ‘Não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para um uso honrável e outro para um uso menos honrável?’, mas diz de alguns “vasos” sendo feitos “para desonra”. É verdade, certamente, que a sabedoria de Deus ainda será totalmente vindicada, na medida em que a destruição dos réprobos promoverá a Sua glória — da forma como o próximo verso nos informa.

Antes de passar para o próximo verso, resumamos o ensino deste verso e dos dois precedentes. No verso 19 duas questões foram feitas, “Dir-me-ás então: Por que se queixa ele ainda? Porquanto, quem tem resistido à sua vontade?”. A estas questões uma tripla resposta foi devolvida. Primeiro, no verso 20 o apóstolo nega que a criatura tenha o direito de julgar os caminhos do Criador — “Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim?”. O apóstolo insiste que a retidão da vontade de Deus não deve ser questionada. O que quer que Ele faça, deve ser justo. Em segundo lugar, no verso 21 o apóstolo declara que o Criador tem o direito de dispor de Suas criaturas como bem Lhe parece — “Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra?”. Deve ser cuidadosamente notado que a palavra para “poder” aqui é *exousia* — uma palavra inteiramente diferente daquela traduzida por “poder” no verso seguinte (“dar a conhecer o seu poder”), onde a palavra no grego é *dunaton*. Nas palavras “não tem o oleiro poder sobre o barro” deve ser o poder de Deus justamente exercido que se está em vista — o exercício dos direitos de Deus consistentemente com Sua justiça, — porque a mera asserção de Sua onipotência não teria sido nenhuma resposta às questões levantadas no verso 19. Em terceiro lugar, nos versos 22 e 23, o apóstolo dá a razão pela qual Deus procede diferentemente de uma para com outra de Suas criaturas: por um lado, é para “mostrar Sua ira” e para “dar a conhecer o Seu poder”; por outro lado, é para que “desse a conhecer as riquezas de Sua glória”.

“Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra?”. Certamente Deus tem o direito de fazer isto porque Ele é o Criador. Ele exerce este direito? Sim, como o verso 13 e 17 claramente nos mostram — “Para isto mesmo te (Faraó) levantei”.

Versículo 22: “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição”. Aqui, o apóstolo nos diz, em segundo lugar, o porquê Deus atua assim, isto é, diferentemente com pessoas diferentes — tendo misericórdia de alguns e endurecendo outros, fazendo um vaso “para honra” e outra “para desonra”. Observe que aqui no verso 22 o apóstolo primeiro menciona “os vasos de ira”, antes de se referir no verso 23 aos “vasos de misericórdia”. Porque isto?

A resposta a esta questão é de importância primária: respondemos, porque são os “vasos de ira” que são os objetos em vista diante da pessoa que objeta no verso 19. Duas razões são dadas pelas quais Deus faz de alguns “vasos para desonra”: primeiro, para “mostrar Sua ira”, e em segundo lugar “para fazer Seu poder conhecido” — ambos dos quais são exemplificados no caso de Faraó.

Um ponto no verso acima requer consideração separada — “Vasos de ira preparados para destruição”. Uma explicação comum que é dada destas palavras é que os vasos de ira se preparam para a destruição, isto é, se preparam em virtude de sua impiedade; e é argüido que não há necessidade de Deus “prepará-los para a destruição”, porque eles já são preparados pela sua própria depravação, e que este deve ser o real significado desta expressão. Pois bem, se por “destruição” entendemos castigo, é perfeitamente verdade que os não-eleitos “se preparam”, porque cada um será julgado “de acordo com suas obras”; e além do mais, nós livremente concordamos que subjetivamente os não-eleitos se preparam para destruição. Mas o ponto a ser decidido é: é a isto que o apóstolo está se referindo aqui? E, sem hesitação, replicamos que não. Volte aos versos 11-13: Esaú se preparou para ser um objeto do ódio de Deus, ou ele já o era antes de nascer? Novamente; Faraó se preparou para destruição, ou Deus endureceu o seu coração antes das pragas serem enviadas ao Egito? — veja Êxodo 4:21!

Romanos 9:22 é claramente uma continuação do pensamento do verso 21, e o verso 21 é parte da réplica do apóstolo às questões levantadas no verso 20: portanto, para seguir corretamente a expressão até o fim, deve ser o próprio Deus que “prepara” para destruição os vasos de ira. Se for perguntado como Deus faz isto, a resposta, necessariamente, é, objetivamente, — Ele prepara os não-eleitos para destruição pelos Seus decretos pré-ordenados. Se for perguntado porque Deus faz isto, a resposta deve ser, para promover a Sua própria glória, isto é, a glória de Sua justiça, poder e ira. “A soma da resposta do apóstolo aqui é, que o grande objetivo de Deus, tanto na eleição como na reprovação dos homens, é aquela que é suprema sobre todas as coisas na criação dos homens, a saber, Sua própria glória” (Robert Haldane).

Versículo 23: “Para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou”.

O único ponto neste verso que demanda atenção é o fato de que os “vasos de misericórdia” são aqui ditos ser “dantes preparados para glória”. Muitos têm apontado que o versículo anterior não diz que os vasos de ira foram preparados dantes para destruição, e desta omissão eles concluem que devemos entender a referência ali aos não-eleitos se prepararem no tempo, ao invés de entender Deus ordenando-lhes para destruição desde toda eternidade. Mas esta conclusão não é válida de forma alguma. Precisamos olhar de volta ao verso 21 e observar a figura que é ali empregada. “Barro” é matéria inanimada, corrupta, decomposta e, portanto, uma substância apropriada para representar a humanidade caída. E visto que o apóstolo está contemplando os tratamentos soberanos de Deus com a humanidade em vista da Queda, ele não diz que os vasos de ira foram “dantes” preparados para destruição, pela óbvia e suficiente razão que, não foi até depois da Queda que eles se tornaram (em si mesmos) o que é aqui simbolizado por “barro”. Tudo o que é necessário para se refutar a conclusão errônea referida acima, é apontar que o que é dito dos vasos de ira não é que eles “estão preparados” para destruição (a qual seria o termo que deveria ser usado se a referência a eles fosse que se preparam pela sua própria impiedade), mas que são preparados para destruição que, à luz de todo contexto, significa uma ordenação soberana para destruição pelo Criador. Citamos aqui as palavras de Calvino sobre esta passagem:

“Há vasos preparados para a destruição, ou seja: nomeados e destinados para destruição. Há também vasos de ira, ou seja: feitos e formados com o propósito de serem provas da vingança e desprazer divinos...Ainda que Paulo seja mais explícito nesta segunda cláusula, ao afirmar que é Deus quem prepara os eleitos para glória, quando antes de dizer simplesmente que os réprobos eram vasos preparados para a destruição, não há dúvida de que a preparação de ambos depende do secreto conselho de Deus. Outrossim, Paulo teria dito que os réprobos se entregam ou se lançam na destruição. Agora, contudo, ele insinua que sua porção já lhes foi designada mesmo antes de seu nascimento” (João Calvino, Romanos, Editora Paracletos, páginas 342-344).

Com isto estamos em sincero acordo. Romanos 9:22 não diz que os vasos de ira se preparam, nem diz que eles estão preparados para [NT: no sentido de se preparam no tempo] destruição mas, pelo contrário, que eles foram “preparados para destruição”, e o contexto mostra claramente que é Deus quem assim os “prepara” — objetivamente pelos Seus decretos eternos.

Embora Romanos 9 contenha a mais completa apresentação da doutrina da Reprovação, há ainda outras passagens que se referem a ela, uma ou mais das quais observaremos brevemente agora: —

“Pois quê? O que Israel buscava não o alcançou; mas os eleitos o alcançaram, e os outros foram endurecidos” (Romanos 11:7). Aqui temos duas distintas e claramente definidas classes que são postas em total antítese: os “eleitos” e “os outros”; uma “alcançou”, os da outra foram “endurecidos”. Sobre este verso citamos os comentários de John Bunyan de memória imortal: — “Estas são palavras solenes: elas separam homens dentre homens — os eleitos e os outros, os escolhidos e os deixados, os abraçados e os rejeitados. Por ‘outros’ aqui deve ser entendido aqueles não-eleitos, porque são postos um em oposição ao outro, e se não são os eleitos, quem são então, senão os réprobos?”.

Escrevendo aos santos em Tessalônica, o apóstolo declarou: “Porque Deus não nos destinou para a ira, mas para a aquisição da salvação, por nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Tessalonicenses 5:9). Ora, certamente é patente para qualquer mente imparcial que esta declaração seria totalmente sem sentido se Deus não tivesse “apontado” alguém para a ira. Dizer que Deus “não nos destinou para a ira”, claramente implica que há alguns que Ele “apontou para ira”, e se as mentes de tantos que professam ser cristão não fossem tão cegas pelo preconceito, elas não poderiam falhar em ver isto claramente isto .

“E uma Pedra de tropeço e Rocha de escândalo, para aqueles que tropeçam na palavra, sendo desobedientes; para o que também foram destinados” (1 Pedro 2:8). O “para o que” manifestadamente aponta para o tropeço na Palavra, e sua desobediência. Aqui, então, Deus expressamente afirma que há alguns que foram “destinados” (está é a mesma palavra grega de 1 Tessalonicenses 5:9) para desobediência. Nossa tarefa não é argumentar sobre isso, mas nos curvar diante das Sagradas Escrituras. Nosso dever primário não é entender, mas crer no que Deus disse.

“Mas estes, como animais irracionais, que seguem a natureza, feitos para serem presos e mortos, blasfemando do que não entendem, perecerão na sua corrupção” (2 Pedro 2:12). Aqui, novamente, todo esforço é feito para escapar do claro ensino desta solene passagem. Nos dizem que são os “animais irracionais” que são “feitos para serem presos e mortos”, e não as pessoas aqui comparadas com eles.

Tudo o que é necessário para refutar tal sofisma é inquirir onde reside o ponto de analogia entre os “estes” (homens) e os “animais racionais”? Qual é a força do “como” – senão “estes como animais racionais”? Claramente, é que “estes” homens como animais irracionais, são os que, como animais, são “feitos para serem presos e destruídos”: as palavras finais confirmando isto pela reiteração do mesmo conceito — “perecerão na sua corrupção”.

“Porque se introduziram alguns, que desde tempos antigos foram ordenados para esta condenação, homens ímpios, que convertem em dissolução a graça de Deus, e negam a Deus, único dominador e Senhor nosso, Jesus Cristo” (Judas 4). Tentativas têm sido feitas para escapar da força óbvia deste verso, substituindo-o por uma tradução diferente. A R.V. dá a seguinte tradução: “Mas se introduziram alguns, que já de antemão estavam escritos para esta mesma condenação”. Mas esta alteração não nos livra de forma alguma do que é tão desagradável para as nossas sensibilidades. A questão que se levanta é: Onde estes homens foram “já de antemão escritos”? Certamente não foi no Velho Testamento, porque em nenhuma parte há qualquer referência ali a homens ímpios se introduzindo em assembléias Cristãs. Se “escritos” for a melhor tradução de “prographo”, a referência pode somente ser ao livro dos decretos Divinos. Assim, seja qual for a alternativa selecionada, não pode haver evasão do fato de que certos homens foram “desde tempos antigos” marcados por Deus “para condenação”.

“E adoraram-na (a saber, o Anticristo) todos os que habitam sobre a terra, esses cujos nomes não estão escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Apocalipse 13:8, compare com Apocalipse 17:8). Aqui, então, está uma declaração positiva afirmando que há aqueles cujos nomes não estão escritos no Livro da Vida . Por causa disto, eles prestarão serviço ao Anticristo e se curvarão diante dele.

Aqui, então, há não menos do que dez passagens que mui claramente implicam ou expressamente ensinam o fato da reprovação. Elas afirmam que os ímpios foram feitos para o Dia do Mal; que Deus forma alguns vasos para desonra; e por Sue decreto eterno (objetivamente) prepara-os para destruição; que eles são como animais irracionais, feitos para serem presos e mortos, sendo desde os tempos antigos ordenados para esta condenação.

Portanto, em face destas passagens da Escritura, afirmamos sem hesitação (após aproximadamente vinte anos de cuidadoso estudo e muita oração sobre o assunto) que a Palavra de Deus inquestionavelmente ensina tanto a Predestinação como a Reprovação, ou para usar as palavras de Calvino: “Eleição Eterna é a predestinação de Deus de alguns para salvação, e outros para destruição”.

Tendo, portanto, declarado a doutrina da Reprovação, como esta é apresentada nas Sagradas Escrituras, mencionemos agora uma ou duas importantes considerações para nos guardar contra o abuso e prevenir o leitor de fazer quaisquer deduções não permitidas: —

Primeiro, a doutrina da Reprovação não significa que Deus propôs tomar criaturas inocentes, fazê-las ímpias, e então condená-las. A Escritura diz: “Eis aqui, o que tão-somente achei: que Deus fez ao homem reto, porém eles buscaram muitas invenções” (Eclesiastes 7:29). Deus não criou criaturas pecaminosas para então destruí-las, porque Deus não pode ser culpado do pecado de Suas criaturas. A responsabilidade e a criminalidade são do homem.

O decreto de Reprovação de Deus contemplou a raça de Adão como uma raça caída, pecaminosa, corrupta e culpada. Desta, Deus propôs salvar alguns como monumentos de Sua graça soberana; os outros Ele determinou destruir como a exemplificação de Sua justiça e severidade. Ao determinar destruir estes outros, Deus não lhes fez nenhuma injustiça. Eles já estavam caídos em Adão, o representante legal deles; eles, portanto, nascem com uma natureza pecaminosa, e nem seus pecados Ele lhes deixa. Ninguém pode se queixar. Isto é o que eles desejam; eles não têm desejo por santidade; eles amam mais as trevas do que a luz. Onde, então, há injustiça se Deus “lhes entrega aos desejos dos seus corações” (Salmos 81:12)?

Segundo, a doutrina da Reprovação não significa que Deus recusa salvar aqueles que ardentemente buscam a salvação. O fato é que o réprobo não tem nenhum desejo pelo Salvador : eles não vêem nEle nenhuma beleza para que O desejem. Eles não vêem a Cristo – porque, então, Deus deveria forçá-los a vir? Ele não lança fora ninguém que venha — onde, então, há injustiça de Deus por pré-determinar a justa condenação deles? Ninguém será punido, senão pelas suas iniquidades; onde, então, está a suposta tirânica crueldade do procedimento Divino?

Lembre-se que Deus é o Criador do ímpio, não de sua impiedade; Ele é o Autor de sua existência, mas não Aquele que infunde o seu pecado.

Deus não compele (como muitos, através de calúnias, dizem que afirmamos) o ímpio para pecar, como o cavaleiro esporea o cavalo indisposto. Deus somente diz, em efeito, esta terrível palavra: “Deixai-os” (Mateus 15:14). Ele necessita somente abrandar as rédeas da restrição providencial, e reter a influência da graça salvadora, e o homem apóstata prestíssimo em seu afã, com toda certeza, de seu próprio consentimento, cairá por suas iniquidades. Portanto, o decreto da reprovação nem interfere com a propensão da própria natureza caída do homem, nem serve para torná-lo menos inescusável.

Em terceiro lugar, o decreto da Reprovação de modo algum conflita com a bondade de Deus. Embora os não-eleitos não sejam os objetos de Sua bondade do mesmo modo ou na mesma extensão como os eleitos o são, todavia, eles não estão completamente excluídos de uma participação dela. Eles desfrutam das boas coisas da Providência (bênçãos temporais) em comum com os próprios filhos de Deus, e mui freqüentemente num grau mais alto. Mas como eles as aproveitam? A bondade (temporal) de Deus lhes leva ao arrependimento? Não, pelo contrário, eles “desprezam as riquezas da Sua benignidade, e paciência e longanimidade, e segundo a tua dureza e teu coração impenitente, entesouras ira para ti no dia da ira e da manifestação do juízo de Deus” (Romanos 2:4,5). Com que justiça, então, podem murmurar contra o não serem os objetos de Sua benevolência nas eras vindouras da eternidade? Além do mais, se não se pode contender com a misericórdia e a bondade de Deus em deixar a totalidade dos anjos caídos (2 Pedro 2:4) debaixo da culpa de sua apostasia; muito menos se pode contender com as perfeições Divinas ao deixar alguns da humanidade caída em seus pecados e condená-los por isso.

Finalmente, interpomos esta necessária precaução: é absolutamente impossível para qualquer um de nós, durante a presente vida, assegurar quem estão entre os réprobos. Não devemos julgar assim, agora, nenhum homem, não importa quão ímpio ele possa ser. O mais vil pecador pode estar incluído na eleição da graça e ser um dia vivificado pelo Espírito da graça. Nossa comissão é clara, e ai de nós se formos indiferentes para com ela — “Pregai o Evangelho a toda criatura”.

Quando temos feito assim, estamos limpos do sangue deles. Se os homens recusam ouvir, o sangue deles está sobre as suas próprias cabeças; todavia “para Deus somos o bom perfume de Cristo, nos que se salvam e nos que se perdem. Para estes certamente cheiro de morte para morte; mas para aqueles cheiro de vida para vida. E para estas coisas quem é idôneo?” (2 Coríntios 2:15,16).

Devemos agora considerar algumas passagens que são freqüentemente citadas com o propósito de mostrar que Deus não tem preparado certos vasos para destruição ou ordenado certas pessoas para condenação. Primeiro, citemos Ezequiel 18:31 — “Pois, por que razão morreríeis, ó casa de Israel?” Sobre esta passagem não podemos fazer melhor do que citar o seguinte dos comentários de Augustus Toplady: — “Esta é uma passagem mui freqüentemente, mas muito erroneamente, insistida pelos Arminianos, como se ela fosse um martelo com o qual com um só golpe pudesse esmagar ao pó toda a estrutura da doutrina. Mas acontece que a “morte” aqui aludida não é nem espiritual, nem morte eterna: como é abundantemente evidente a partir de todo o teor do capítulo. A morte da qual o profeta fala é uma morte política; uma morte da prosperidade nacional, da tranqüilidade e segurança.

O sentido da questão é precisamente este: O que é que te faz amar o cativo, a banição e a ruína civil? Abstinência da adoração de imagens pode, como um povo, eximir vocês destas calamidades, e uma vez mais fazer de vocês uma nação respeitável. São as misérias da devastação pública tão sedutoras para atrair a perseguição determinada de vocês? Porque morreríeis? morreríeis como a casa de Israel, e considerada como um corpo político? Assim o profeta argüia o caso, ao mesmo tempo adicionando — “Porque não tenho prazer na morte do que morre, diz o Senhor DEUS; convertei-vos, pois, e vivei” Isto importa: Primeiro, o cativo nacional dos Judeus não adicionaria nada à felicidade de Deus. Segundo, se os Judeus se voltassem da idolatria, e jogassem as suas imagens, eles não morreriam num país estrangeiro, hostil, mas viveriam tranqüilamente em sua própria terra e desfrutariam suas liberdades como um povo “independente”.

Ao exposto acima, podemos adicionar: morte política deve ser o que está em vista em Ezequiel 18:31,32 pela simples, mas suficiente razão de que eles já estavam mortos espiritualmente!

Mateus 25:41 é freqüentemente citado para mostrar que Deus não preparou certos vasos para destruição — “Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”. Este é, na realidade, um dos versículos principais usados para refutar a doutrina da Reprovação. Mas sugerimos que a palavra enfática aqui não é “para”, mas “diabo”. Este verso (veja o contexto) apresenta a severidade do julgamento que espera os perdidos. Em outras palavras, a passagem da Escritura citada acima expressa mais o terror do fogo eterno do que os objetos dele — se o fogo foi “preparado para o diabo e seus anjos”, então, quão intolerável deve ser! Se o lugar do tormento eterno para o qual os condenados serão lançados é o mesmo no qual o arquiinimigo de Deus sofrerá, quão terrível deve ser aquele lugar!

Novamente: se Deus escolheu certas pessoas para salvação, porque somos informados que “ordena agora a todos os homens, e em todo o lugar, que se arrependam” (Atos 17:30)? Que Deus ordena a “todos os homens” que se arrependam é apenas o exercício de Suas justas reivindicações como o Governador moral do mundo. Como poderia fazer menos, visto que todos os homens em todo o lugar têm pecado contra Ele? Além do mais; que Deus ordena a todos os homens em todo o lugar que se arrependam argüiu a universalidade da responsabilidade da criatura. Mas esta passagem da Escritura não declara que é o desejo de Deus “dar o arrependimento” (Atos 5:31) a todos os homens em todo o lugar. Que o apóstolo Paulo não cria que Deus dava o arrependimento a toda alma é claro a partir de suas palavras em 2 Timóteo 2:25 — “Instruindo com mansidão os que resistem, a ver se porventura Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade”.

Novamente, nos perguntam: se Deus “ordenou” somente certas pessoas para a vida eterna, então, porque lemos que Ele “quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade” (1 Timóteo 2:4)? A resposta é que a palavra “todos” e “todos os homens”, como o termo “mundo”, são freqüentemente usadas num sentido geral e relativo. Que o leitor examine cuidadosamente as seguintes passagens: Marcos 1:5; João 6:45; 8:2; Atos 21:28; 22:15; 2 Coríntios 3:2 etc., e encontrará uma prova completa de nossa asserção. 1 Timóteo 2:4 não pode ensinar que Deus quer a salvação de toda a humanidade, ou de outra forma toda a humanidade seria salva — “O que a sua alma quiser, isso fará” (Jó 23:13)!

Novamente; nos perguntam: A Escritura não declara, repetidamente, que Deus não faz “acepção de pessoas”? Respondemos: certamente que sim, e a graça eletiva de Deus prova isto. Os sete filhos de Jessé, embora mais velhos e fisicamente superiores a Davi, são deixados de lado, enquanto o jovem pastor de ovelhas é exaltado ao trono de Israel. Os escribas e mestres da lei passam despercebidos, e pescadores ignorantes são escolhidos para serem os apóstolos do Cordeiro. A verdade divina é ocultada dos sábios e entendidos, e é revelada aos pequeninos. A grande maioria dos sábios e nobres é ignorada, enquanto os fracos, humildes e desprezados são chamados e salvos (ver 1 Coríntios 1:26). Meretrizes e publicanos são docemente compelidos a vir para o banquete do evangelho, enquanto os fariseus autojustificados são deixados a perecer em sua própria moralidade imaculada. Verdadeiramente Deus “não faz acepção” de pessoas senão, não teria me salvado.

Que a Doutrina da Reprovação é uma “palavra dura” para a mente carnal é realmente reconhecido – todavia, é “mais dura” do que o castigo eterno ? Que a doutrina é claramente ensinada na Escritura temos procurado demonstrar, e não é para nós o escolher dentre as verdades reveladas na Palavra de Deus. Que aqueles que estão inclinados para receber aquelas doutrinas que estão de acordo com o seu próprio julgamento, e que rejeitam o que eles não podem entender completamente , lembrem-se daquelas pungentes palavras de nosso Senhor: “Ó néscios, e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram!” (Lucas 24:25): néscios por serem tardos de coração; tardos de coração, não tolos de cabeça!

Uma vez mais beneficiemo-nos com a linguagem de Calvino: “Sendo assim, pois, que até agora não tenho feito mais do que citar os testemunhos perfeitamente claros e evidentes da Escritura, considerem bem os que replicam e murmuram contra eles, que classe de censura usam. Pois se, simulando ser incapazes de compreender mistérios tão atos, apetezem serem louvados como homens modestos, que se pode imaginar de mais arrogante e soberbo do que se opor à autoridade de Deus com estas pobres palavras: ‘Parece-me ser de outra forma’, ou ‘Não quero me intrometer neste assunto’? Porém, se preferem mostrar-se claramente como inimigos, de que lhes pode aproveitar as suas débeis tentativas contra o céu? Este exemplo de vergonha não é coisa nova, pois em todas as épocas têm havido homens ímpios e mundanos que, como cobras venenosas, têm se oposto a esta doutrina .

Mas por experiência se darão conta de que é verdade o que o Espírito Santo pronunciou pela boca de Davi, que ‘Deus é claro quando Ele julga’ (Salmos 51:4). Com estas palavras Davi indiretamente diz que na loucura dos homens se mostra excessiva presunção no meio de sua insignificância, não somente por disputar contra Deus, mas também por se arrogarem na autoridade de condená-Lo.

Entretanto, ele brevemente sugere que Deus não é afetado por nenhuma de todas as blasfêmias que descarregam contra o céu, mas que Ele dissipa as névoas de calúnia, e ilustrativamente mostra Sua justiça; nossa fé também, estando fundamentada na Palavra Divina, e portanto, superior a todo o mundo, de sua exaltação olha para baixo com desdém para com aquelas névoas” (João Calvino, *As Institutas da Religião Cristã*).

Ao terminar este capítulo, propomos citar dos escritos de alguns dos grandes teólogos desde os dias da Reforma; não porque devamos apoiar as nossas próprias declarações por um apelo à autoridade humana, seja venerável ou anciã, mas para mostrar que o que temos promovido nestas páginas não é novidade do século vinte, nem heresias dos “últimos dias” mas, ao invés disso, uma doutrina que tem sido definitivamente formulada e comumente ensinada por muitos dos mais piedosos e eruditos estudiosos das Sagradas Escrituras.

“Nós chamamos o decreto de Deus de predestinação, pela qual Ele determinou em Si mesmo, o que haveria de acontecer com cada indivíduo da humanidade.

Porque nem todos foram criados com um destino similar: mas a vida eterna foi pré-ordenada para alguns, e a condenação eterna para outros. Todo homem, portanto, sendo criado para um ou outro desses fins, dizemos, foi predestinado ou para vida ou para morte” – das “Institutas” de João Calvino (1536 DC) Livro III, Capítulo XXI intitulado “Eleição Eterna, ou Predestinação de Deus de Alguns para Salvação e de Outros para Destruição”.

Pedimos aos nossos leitores que considerem bem a linguagem acima. Uma leitura compenetrada mostrará que o que o presente escritor tem promovido neste capítulo não é o “Hiper-Calvinismo”, mas o Calvinismo real, puro e simples.

Nosso propósito ao fazer esta observação é mostrar para aqueles que, não conhecendo os escritos de Calvino, em sua ignorância condenam como ultra-Calvinismo o que é simplesmente uma reiteração do que o próprio Calvino ensinou – uma reiteração porque este príncipe dos teólogos, assim como o seu humilde devedor, encontrou esta doutrina na própria Palavra de Deus.

Martinho Lutero em sua mais excelente obra “De Servo Arbítrio” (Livre-Arbítrio, um Escravo), escreveu: “Todas as coisas, sejam quais forem, surgem e dependem dos Divinos apontamentos; pelos quais foram pré-ordenadas quem deveria receber a Palavra da Vida, e quem deveria não acreditar nela, quem deveria ser liberto dos seus pecados, e quem deveriam se endurecer neles, quem deveria ser justificado e quem deveria ser condenado. Esta é a própria verdade que demole o livre-arbítrio a partir de seus fundamentos, a saber, que o amor eterno de Deus por alguns homens e o Seu ódio por outros são imutáveis e não podem ser revertidos”.

John Fox, cujo Livro dos Mártires foi uma das obras mais conhecidas no idioma inglês (ah! Isto não é mais assim hoje, quando o Catolicismo Romano tem crescido como uma grande onda destrutiva!), escreveu: — “A predestinação é o eterno decreto de Deus, proposto diante de Si mesmo, que deve suceder a todos os homens, seja para salvação, ou para condenação”.

O “Catecismo Maior de Westminster” (1688) — adotado pela Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana — declara: “Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do Seu amor e para o louvor de Sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada em tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória, e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna e os meios para consegui-la; e também, segundo o Seu soberano poder e o conselho inescrutável de Sua própria vontade (pela qual Ele concede, ou não, os Seus favores conforme Lhe apraz), deixou e pré-ordenou os demais à desonra e à ira, que lhes serão infligidas por causa de seus pecados, para o louvor da glória de Sua justiça”.

John Bunyan, autor de “O Progresso do Peregrino”, escreve um volume inteiro sobre “Reprovação”. Dele fazemos um breve extrato: “A reprovação é antes de uma pessoa vir ao mundo, ou de fazer o bem ou mal. Isto é evidenciado por Romanos 9:11.

Aqui você encontra dois gêmeos no ventre de sua mãe, e ambos recebendo o seu destino, não somente antes de fazer o bem ou mal, mas antes de estarem em capacidade de fazê-lo, eles não tinham nascido ainda — o destino deles, digo, um para a bênção vida eterna, o outro não; um eleito, o outro réprobo; um escolhido, o outro rejeitado”.

Em seu livro “Suspiros do Inferno” (Sighs From Hell), John Bunyan também escreveu: “Aqueles que continuam rejeitando e menosprezando a Palavra de Deus são os que, em sua grande maioria, foram ordenados para a condenação” .

Comentando sobre Romanos 9:22, “E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para a perdição”, Jonathan Edwards (Volume 4, página 306—1743 DC) diz: “Quão terrível a majestade de Deus aparece no terror de Sua ira! Devemos aprender que este é o único propósito da condenação dos ímpios!”.

Augustus Toplady, autor do hino “Rock of Ages” e outros hinos sublimes, escreveu: “Deus, desde toda eternidade, decretou deixar alguns da posteridade caída de Adão em seus pecados, e lhes excluir da participação de Cristo e Seus benefícios”. E novamente; “Nós, com as Escrituras, declaramos que há uma predestinação de algumas pessoas em particular para vida, para o louvor da glória da Divina graça; e também uma predestinação de outras pessoas particulares para a morte, para a glória da justiça Divina — cuja morte de castigo eles inevitavelmente experimentarão, e isto justamente, por causa de seus pecados”.

George Whitefield, aquele titã do século XVIII, usado por Deus para abençoar milhares, escreveu: “Sem dúvida, a doutrina da eleição e reprobção devem permanecer ou cair juntas....eu francamente reconheço que creio na doutrina da Reprobção, que Deus intentou dar a graça salvadora, através de Jesus Cristo, somente a um certo número de pessoas; e que o resto da humanidade, depois da queda de Adão, sendo justamente deixados por Deus para continuar no pecado, no final sofrerão aquela morte eterna que é o seu justo salário”.

“Preparados para destruição” (Rom. 9:22). Depois de declarar que esta frase admite duas interpretações, o Dr. Hodge — talvez o mais bem conhecido e o comentarista de Romanos mais amplamente lido — diz,

“A outra interpretação assume que a referência é a Deus e que a palavra grega para ‘preparados’ tem a força do particípio completo; preparados (por Deus) para destruição”. Isto, diz o Dr. Hodge, “é aceito não somente pela maioria dos Agostinianos, mas também por muitos Luteranos”.

Se fosse necessário, estamos preparados para dar citações dos escritos de Wycliffe, Huss, Ridley, Hooper, Cranmer, Ussher, John Trapp, Thomas Goodwin, Thomas Manton (Capelão de Cromwell), John Owen, Witsius, John Gill (predecessor de Spurgeon), e um exército de outros. Mencionamos isto simplesmente para mostrar que a maioria dos eminentes santos do passado, os homens que foram mais amplamente usados por Deus, sustentaram e ensinaram esta doutrina que é tão amargamente odiada nestes últimos dias, quando os homens não mais “suportam a sã doutrina”; odiada por homens de vãs pretensões, mas que, não obstante sua ortodoxia orgulhosa e tão aplaudida piedade, não são nem sequer dignos de desatar as sandálias daqueles fiéis e destemidos servos de Deus de outrora.

“Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Porque, quem compreendeu a mente do Senhor? ou quem foi seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém (Romanos 11:33-36). [1]

[1] “dEle”— Sua vontade é a origem de tudo o que existe; “através” ou “por Ele” — Ele é o Criador e Controlador de tudo; “para Ele” — todas as coisas promovem a Sua glória no final.